



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

5ª REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL DE ZONAS ÚMIDAS

18 e 19 de novembro de 2009

**Ministério do Meio Ambiente, Sala T13 Térreo, SEPN 505, Bloco B
Ed. Marie Prendi Cruz**

Aos dezoito dias do mês de novembro de 2009, na Sala T13 Térreo, Ed. Marie Prendi Cruz situado na SEPN 505, Brasília-DF, realizou-se a quinta reunião do Comitê Nacional das Zonas Úmidas, sob a presidência da Sra. Maria Cecília Wey de Brito, Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

4ª feira, 18 de novembro de 2009

1. **ABERTURA**

A Secretária de Biodiversidade e Florestas, Maria Cecília Wey de Brito, na qualidade de Presidente do Comitê, agradeceu a presença de todos e lembrou que a reunião do Comitê é essencialmente importante por estar relacionada a uma série de ações referentes tanto ao gerenciamento costeiro, como à criação de áreas marinhas e gestão dessas e outras áreas úmidas que têm importância ambiental clara para o Governo. Estas ações somadas à agenda proposta, refletem a relevância da conservação das áreas úmidas para o Ministério do Meio Ambiente e para todos os setores representados. Mencionou a importância do Projeto FRAG/RIO que remete a um posicionamento político em relação aos recursos hídricos, principalmente na definição de elementos para embasar cientificamente e tecnicamente os critérios para avaliações ambientais integradas que levem em consideração a existência de trechos de rios sem barramentos. Destacou a importância da designação dos novos Sítios Ramsar: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e Parque Estadual do Rio Doce. Com relação ao fortalecimento do Comitê, informou a contratação de uma pessoa, através de encaminhamento de projeto à WWF, para trabalhar especificamente nas ações relativas a esse Comitê. Comentou sobre a importância do envio da Moção relativa aos usos de agrotóxicos elaborada pela Sociedade Brasileira de Limnologia que no seu 12º Congresso Brasileiro realizado em agosto desse ano manifestou preocupação com o tema, e se posicionou contrariamente, destacou também a importância do acompanhamento da Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Fez ainda menção ao futuro do lançamento do “Informe sobre as Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil” e destacou a relevância ambiental e econômica do assunto, assim como a importância desse documento para fornecer subsídios para medidas de erradicação e controle de tais espécies. Destacou a relevância do Ano Internacional da Biodiversidade e da série de ações já programada, chamou a atenção para o envolvimento da Convenção de Ramsar e de seu Secretariado com o tema. Lembrou da implementação do corredor central da Mata Atlântica, projeto que o Ministério vem levando a algum tempo junto com os Estados, particularmente os estados da Bahia e do Espírito Santo. Destacou ainda, o tratamento específico da porção marinha nesse projeto, assunto diretamente relacionado ao CNZU.

1. MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO

- Ana Paula Prates – SBF/MMA
- Antônio Carlos Porciuncula Soler – FBOMS
- Beatriz Bulhões – CEBDS
- Béríte Carmo Cabral – SRHU/MMA
- Cosette Xavier da Silva - IBAMA
- Débora Calheiros – Embrapa - Pantanal
- Kléber Souza dos Santos - MAPA
- Leandro Valentim - SMCQ/MMA
- Leonardo Maltchik – SBL
- Luciana de Paiva Luquez - CNA
- Maria Cecília Wey de Brito – SBF/MMA
- Maria Tereza Queiroz Melo – Sítios Ramsar
- Maura Machado Silva – /SAIC/MMA
- Michael Becker – WWF- Brasil
- Rafaela Nicola – Rede Pantanal/ECOIA
- Roberta Ferreira - MRE
- Rossini Ferreira Matos Sena- ANA
- Vinícius Pascoto – Departamento de Ordenamento e Planejamento da Pesca/MPA
- Yara Schaeffer Novelli - Rede Mangue Mar

2. OBSERVADORES

- Gislaine Disconzi – DIUSP/ICMBio
- Marcos Rosa – consultor/MMA
- Maria Carolina Hazin – UNESCO
- Maria Raquel de Carvalho – consultora/MMA
- Marina Amaral – consultora/MMA
- Paula Petracco – consultora/limnologia
- Paulo Petry – TNC
- Volney Zanardi

3. COMUNICAÇÕES

Ana Paula Leite Prates - GBA/MMA comentou a agenda, destacando a apresentação do Maurício Pompeu (SRHU) referente à Iniciativa Regional da Bacia do Prata na Argentina, que seria ali representado por Béríte Cabral (SRHU), depois fez referência à transição do Projeto GEF Mangue para o ICMBio e a criação de algumas Câmaras Técnicas no âmbito do CNZU, uma por exemplo para o acompanhamento do projeto e outra para o estudo de critérios para designação de novos Sítios Ramsar. Destacou ainda a presença do Dr. Paulo Petry (TNC) que faria apresentação relacionada às ecorregiões e de Marcos Rosa (consultor) que apresentaria os mapas atualizados referentes às áreas prioritárias para conservação das zonas úmidas, Débora Calheiros (Embrapa – Pantanal) que faria apresentação sobre o potencial hidro-ecológico do Pantanal e também a apresentação do Projeto FRAG/Rio sobre a fragmentação dos rios pelo Dr. Volney Zinardi.

Ana Paula mencionou ainda a comemoração do Dia Mundial das Zonas Úmidas, celebrado no dia dois de fevereiro (Dia de Iemanjá no Brasil), que neste ano traria o tema “Cuidas das Zonas Úmidas: uma Resposta às Mudanças Climáticas” e informou a intenção de traduzir e adaptar esse material (originalmente no inglês, espanhol e francês) para a distribuição no Brasil. Comentou as novas futuras designações dos novos Sítios Ramsar: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e o Parque Estadual do Rio Doce. Destacou a possibilidade da participação no Encontro Internacional de Recifes de Coral em janeiro de 2010 e mencionou o envio de dois projetos um para o *Small Grants Fund* e outro para a WWF – *Wetlands for the future*, relacionados ao fortalecimento do Comitê Nacional das Zonas Úmidas. Como o SGF está sem fundos no momento, então eles começaram a passar um portfólio para vários doadores. Como o projeto do Brasil conseguiu boa colocação, então nós conseguimos que eles aportassem diretamente para o WWF. Tal projeto está previsto para o ano de 2010 e visa, entre outras ações a criação de Câmaras Técnicas, Maria Raquel estará substituindo a Maria Carolina, além disso, informou o término do processo de análise de políticas nacionais e setoriais e citou ainda a contratação da Marina Amaral que ela está fazendo projetos para os Sítios Ramsar baseados nos planejamentos lançados aqui no ano passado. Mencionou também a previsão de uma reunião com as OEMAs para a implementação da Convenção em âmbito estadual.

Ana Paula recordou o término da revisão das Fichas Informativas dos Sítios e atual tradução para o espanhol para futuro envio. Comentou que a possibilidade de tradução dos manuais e das Resoluções para o português não se concretizou, mas informou que na página do MMA estão todas as resoluções e manuais em espanhol.

Em relação ao GT de Agrotóxico, informou a ocorrência de uma reunião do CONAMA, onde a proposta foi retirada, mas há cerca de um mês ocorreu nova proposta. Houve discussão interna no MMA e a SBF manifestou-se preocupada e contra às proposições. Ao mesmo tempo foi mandada a moção da Sociedade Brasileira de Limnologia manifestando-se também contrária a essa Resolução CONAMA.

Informou ainda que Quanto a Recifes de Coral, a Câmara Técnica ainda não foi instalada, devido a existência de Decreto daquela iniciativa nacional ainda na CONJUR.

Yara Schaeffer Novelli - Rede Mangue Mar comentou sobre a reunião do Ano da França no Brasil sobre biodiversidade, na qual o Museu de História Natural de Paris propôs uma parceria com as universidades brasileiras. Porém a parceria não ocorreu como o esperado, pois o interesse estava focado na Amazônia, baseado numa parceria intangível entre o Instituto de História Natural de Paris com todas as universidades brasileiras.

Maria Cecília – SBF/MMA afirmou que o interesse da França foi voltado principalmente para as questões amazônicas, o que podia ser entendido pelo particular interesse na Guiana Francesa, mas completou que a França e o governo brasileiro possui projetos relacionados aos mosaicos, nos quais vários biomas são atendidos.

4. APRESENTAÇÃO: “Estratégias de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas da Bacia do Prata”- Bérítes Carmo Cabral – SRHU/MMA

Bérítes Cabral – SRHU/MMA apresentou o contexto da estratégia desde a Reunião Pan-Americana no México em 2004, quando os países localizados na Bacia do Prata optaram por desenvolver uma estratégia regional. Em 2009 os trabalhos foram retomados em Buenos Aires, na Argentina, onde cada ponto focal apresentou o que estava sendo feito, ainda que de forma pontual, sem o contexto regional. Informou que o Brasil apresentou algumas iniciativas, particularmente no âmbito da Secretária de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, que vinham sendo feitas, algumas mais antigas e outras mais recentes e o primeiro que nós colocamos foi a questão dos planos de Recursos Hídricos dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul que foram aprovados esse ano. Mencionou também as atividades brasileiras para essa região relacionadas à questão das vazões ambientais e outros trabalhos relacionados aos instrumentos da outorga e do licenciamento. Explicou que a outorga determina a quantidade de água que é usada por cada setor, por cada atividade econômica, questão que apresenta forte discussão no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, abrangendo adicionalmente questões relacionadas à quantidade de água, qualidade e a distribuição temporal das vazões necessárias para dar suporte aos ecossistemas aquáticos, estuarinos e ao modo de vida e de bem-estar das comunidades que dependem dos ecossistemas. Mencionou que o Plano Nacional de Recursos Hídricos aprovado em 2006, teve, no início de 2008, a aprovação do subprograma específico de conservação das águas do Pantanal, cujo objetivo é desenvolver um modelo de gestão de recursos hídricos adequado às peculiaridades regionais e implementá-lo mediante o fortalecimento institucional dos estados, com vistas a contribuir para a manutenção dos ecossistemas aquáticos do Pantanal em harmonia com os demais usos atuais e futuros da água e dos solos. Informou que a questão das “Ecorregiões”, que será mais detalhadamente apresentada pelo Paulo Petry, está sendo considerada no próprio Plano Nacional. Mencionou a existência do “Projeto Marco” que relaciona a Gestão Sustentável de Recursos Hídricos da Bacia do Prata com a Variabilidade e Mudanças Climáticas. Informou que os encaminhamentos da reunião foram: definição para um grupo de monitoramento reunindo os pontos focais dos países da Bacia do Prata, que promoverá a comunicação por meio de um Fórum Eletrônico para troca de informações sobre os avanços da estratégia, haverá um convite às Organizações Não-Governamentais Internacionais associadas ao Ramsar para participar desse Fórum, porque até então elas não tinham uma abertura para essa participação e também será promovida a participação das organizações locais que desenvolvam atividades e ações vinculadas à estratégia por meio dos pontos focais do Ramsar de cada país. Mencionou a necessidade de maior articulação dos pontos focais com os demais setores técnicos e políticos que tem relação com a estratégia. Informou também que em reunião prevista para abril de 2010 haverá solicitação de financiamento para estratégia, visando a organização do grupo de monitoramento e para a elaboração do material de difusão sobre a estratégia.

Maria Cecília – SBF/MMA comentou a importância da visão convergente dentro do Ministério do Meio Ambiente entre a Secretaria de Recursos Hídricos e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas e a ANA (Agência Nacional de águas) e ainda com a Secretaria de Mudanças Climáticas. Mencionou que as questões relacionadas à Bacia do Prata permitem essa convergência de interesses e que dentro do CNZU deve elencar os assuntos com maior prioridade.

Michael Becker – WWF- Brasil comentou o envolvimento do WWF , ECOA e CI com o assunto e destacou alguns pontos dentro da discussão: a integração entre os Planos de Recursos Hídricos e as ZEEs entre os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que na sua opinião tal integração apresenta ainda algumas falhas, pois a integração ainda não é suficiente dentro de uma visão realmente compartilhada do Pantanal, como uma diretriz prioritária para a Bacia do Alto Paraguai, que sem dúvida os dois estados dividem. Destacou a necessidade de maior colaboração, baseada na cooperação técnica, assim como uma maior convergência e menor distinção entre os dois estados quanto a um diagnóstico único para proteção do Pantanal que, sem dúvida, contribuiria para uma proteção do Pantanal a longo prazo. Comentou sobre o envolvimento do WWF com o Grupo de Pesquisa Sinergia - Centro de Pesquisa do Pantanal, que discute as questões de mudanças climáticas

e os impactos sobre os recursos hídricos dessas bacias, além da participação com outras ONGs em novo mapeamento da Bacia do Alto Paraguai em relação à cobertura vegetal e muitas das organizações citadas também tem uma cooperação intensa com a Bolívia.

Rafaela Nicola – ECOA agradeceu a oportunidade e informou que apesar de não ter participado desta reunião em Buenos Aires, a Ecoa e a Rede Pantanal são organizações que participam dessa iniciativa visando a construção de um programa para a conservação do sistema Paraná – Paraguai de áreas úmidas desde o início, que é uma história que vem desde 2002, mais ou menos com a criação uma aliança, uma plataforma de diálogo com o Governo e as autoridades locais, com a participação da WWF, Brasil, Bolívia e mais 20 outras Organizações Não Governamentais das regiões do Brasil, Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai. Destacou que em 2004 - 2005, o Governo Brasileiro e o Ministério do Meio Ambiente com o Programa Pantanal ocorreu a assinatura de uma ata e um primeiro acordo que se chamou Ata de Poconé, onde se desenhou alguns alinhamentos, diretrizes para a construção dessa estratégia e também se definiu a necessidade de desenhar um programa integrado para Bacia do Prata e para o Sistema Paraná/Paraguai. Reforçou que o CNZU deve ter um papel mais ativo nesse processo, pois as ações apresentam-se ainda muito fragmentadas. Mencionou a existência do Programa Sinergia, como citado por Michael, que é um programa extremamente interessante, do qual a Ecoa também participa, que vincula várias instituições de pesquisa e busca um debate com a Sociedade Civil para desenhar cenários frente às mudanças climáticas na região da Bacia do Paraguai e também a Aliança Sistema, que vem buscando dar visibilidade às iniciativas que são chamadas de Iniciativas de Evolução Positiva, que são iniciativas que ocorrem nas regiões e que têm o potencial de escala e de potenciação para o desenvolvimento de um programa maior. Ao mesmo tempo também a Ecoa, junto com algumas organizações da bacia iniciou um diálogo com a IUCN sul e a IUCN sul vai incorporar no seu programa um plano para Bacia do Prata e eu acredito que seria interessante integrar essa iniciativa da IUCN sul junto ao Grupo de Monitoramento, até porque há uma estratégia de busca de fundos e recursos para viabilizar a construção desse programa e também eu gostaria de ver uma discussão um pouco mais clara e mais avançada no sentido de incorporar as Organizações Não Governamentais locais e as organizações internacionais que fazem parte de Convenção de Ramsar dentro do Grupo de Monitoramento. Citou a existência de diferentes visões entre os cinco países da Bacia de como incorporar essas ONGs, ou ainda como incorporar as propostas que já vêm sendo discutidas e destacou a importância da integração dos atores no Grupo de Monitoramento e dos outros Comitês nacionais da Argentina, Paraguai e Bolívia para mobilizar o grupo trabalho.

Maria Cecília – SBF/MMA concordou com a colocação sobre a importância do CNZU nesse tema e pediu esclarecimentos sobre os próximos passos em relação à reunião da Iniciativa Regional.

Bérites Cabral – SRHU/MMA respondeu que as organizações deveriam reportar-se aos pontos focais do país. Comentou que nesta reunião houve discussão sobre a questão da soberania e o Ministério das Relações Exteriores que acompanha o MMA, apresenta entendimento bastante particular de algumas questões, reforçando a necessidade de maior articulação com as organizações, mas que essas ações teriam que ser levadas pelos pontos focais.

Maria Cecília – SBF/MMA comentou sobre a posição do Itamaraty em determinadas situações e lembrou que a diferença de posições, muitas vezes ocorre na tentativa de uma convergência entre os setores. Destacou a força do Comitê para fins de influência junto às nossas posições.

Ana Paula – GBA/MMA esclareceu que o Itamaraty está numa fase de mudanças que criou uma certa desarticulação nessa situação, mas mencionou que no futuro espera que esta situação se altere.

Bérites Cabral – SRHU/MMA esclareceu que o MMA apoia os Comitês de Bacia, mas quem faz a implementação é a ANA – Agência Nacional de Águas e comentou que se a situação de articulação ainda não é a ideal, ela apresentou melhora em parte pelos financiamentos dos projetos pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente

5. APRESENTAÇÃO: “Aquabio” - Juliana Macedo – Gerência de Biodiversidade Aquática/MMA

Juliana Macedo – GBA/MMA apresentou os principais pontos do projeto, explicando que no processo de transferência a ideia é que a Coordenação Executiva vai ficar a cargo do IBAMA e o MMA vai ter um papel de Coordenação Política do Projeto, porque é um projeto que tem como objetivo maior internalizar resultados nas políticas públicas. Detalhou que O projeto Aquabio tem recursos do GEF, é um projeto de doação, tem sete milhões de dólares como todo o projeto do GEF que passa pela Agência Limitadora, que é o Banco Mundial, é um processo longo, na verdade, teve

uma discussão que começou em 2003, 2004, 2005, efetivamente começou em 2008 e estamos no segundo ano de execução. O objetivo do projeto é promover ações estratégicas para se implementar uma abordagem de Gestão Integrada para conservação e uso sustentável da biodiversidade aquática e recursos hídricos na Amazônia, para a bacia amazônica, como eu disse tem sete milhões de dólares do GEF, tem uma contrapartida de dez milhões, mas é diluída, na verdade, não é financeira na sua totalidade, porque está diluída entre programas e projetos, por exemplo, do MMA como corredores, que tem a atuação em áreas congêneres do projeto e com algumas similaridades. Os principais parceiros do Ministério desde o começo de sua implementação no seu arranjo são o IBAMA, que agora vai ser o coordenador com o Instituto Chico Mendes, a FUNAI, OEMAs do Amazonas, Mato Grosso e Pará, que no caso a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso, Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará e no caso do Amazonas a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. A duração prevista, projetos de doação têm prazos, começo, meio e fim, é de seis anos, mas consideramos que o início do projeto, o acordo de doação foi assinado no final de 2006. Sugeri que algumas questões relacionadas à discussão dos conflitos e encaminhamentos poderiam ser socializadas em Câmara Técnica dentro do CNZU.

Leonardo Maltchik – SBL questionou sobre a possibilidade de integração deste projeto com instituições de pesquisa como a INPA ou universidades que fazem esse reconhecimento da biodiversidade, ou ainda a possibilidade de aproveitamento de projetos temáticos ou subprojetos talvez tentar algum tipo de projeto para um levantamento de toda a biodiversidade reconhecida ou tipo de recursos,.

Juliana Macedo – GBA/MMA comentou que a criação dos Comitês ocorreu a participação de institutos de ensino e pesquisa, inclusive alguns estados, como o Mato Grosso, isso foi realmente à tentativa de que fosse totalmente paritário, que a ideia foi justamente voltar-se para lacunas, quais são os principais problemas e conflitos na região, de forma a solucionar, através de parceria dentro do projeto garantindo certa flexibilidade para alguns estudos específicos necessários.

Vinícius Pascoto – MPA ressaltou a importância do projeto e reafirmou o interesse do MPA nas questões envolvidas pelo projeto, assim como a internalização da discussão através de Câmaras Técnicas. Questionou como o MPA poderia direcionar as próprias políticas para potencializar os resultados do projeto, no sentido de que muitas vezes as demandas frequentes referem-se à estruturação de cadeia produtiva, de investimentos em infra-estrutura de comercialização e conservação do pescado, e complementar a essas questões o manejo participativo como forma de potencializar os resultados.

Juliana Macedo – GBA/MMA respondeu que o desafio no âmbito federal parece maior do que o local, por outro lado, por conta do escopo do projeto e dessa lógica de arranjo institucional e articulação no caso do Amazonas, por exemplo, já tem o envolvimento, há a participação da Coordenação Técnica Estadual do Aquário em algumas discussões que estão acontecendo em conjunto com o Ministério da Pesca. A região do Rio Negro tem a proposta do SIPAR em Barcelos. As pessoas que estão envolvidas na Coordenação Técnica Estadual na Amazonas estão diretamente discutindo também outras questões ou de competência de órgãos que têm complementaridade, mas que estejam relacionados com a região, os próprios territórios da cidadania já tem um envolvimento direto, a ideia do projeto não é sobrepor e não fóruns paralelos, é aproveitar realmente e aderir ao que existe e tentar potencializar. No caso do Pará, o supervisor de campo, que seria o facilitador, por exemplo, é exercido pela SEPAC, que é a Secretaria Estadual de Pesca e Aquicultura do Estado. Comentou a existência de dificuldades na mobilização e completou que a lógica do projeto, é um pouco mais ampla, inclusive de duração de pós-projeto pelo menos nessas regiões, com a ideia de que isso se expanda para demais municípios de sub-bacia e outras da Amazônia.

Cosette Xavier da Silva – IBAMA completou informando que as atribuições do objetivo do projeto não é especificamente o recurso pesqueiro ou atividade, o enfoque do projeto é diagnosticar os problemas da região, levantar os dados e daí propor estratégias não voltadas ao recurso pesqueiro, mas à manutenção, à biodiversidade voltada ao recurso aquático. Informou que dentro desses fóruns ficou clara a participação de todos envolvidos com as diretrizes das políticas públicas. A participação do MPA está garantida dentro dos fóruns quando a discussão envolver, por exemplo, fomento de cadeia produtiva.

Vinícius Pascoto – MPA concordou e reforçou a importância, baseada e outros projetos desenvolvidos, combina ações de manejo participativo de ordenamento de pesqueiro local e de investimento em infra-estrutura, potencializando o resultado para os atores sociais, que estão praticando essa atividade.

Leonardo Maltchik – SBL ressaltou que a biodiversidade abrange muito mais organismos que somente os peixes, apesar da atenção especial por ser um recurso extremamente usado para estratégia de conservação.

6. APRESENTAÇÃO: “GEF Mangue” - Roberto Gallucci - Gerência de Biodiversidade Aquática/MMA

Ana Paula – GBA/MMA realizou a apresentação do projeto, contextualizando historicamente os objetivos e as dificuldades e mencionou os trabalhos de Marcos Rosa relacionado à atualização do mapeamento e diagnóstico dos manguezais e de atividades que impliquem em ameaças, como a carcinicultura. Comentou ainda sobre a transferência do projeto para o ICMBio, mas da permanência da parceria técnica. Mentou sobre a criação de uma Câmara Técnica relacionado ao GEF Mangue, provavelmente na próxima reunião.

Yara Schaeffer Novelli – Rede Mangue Mar lembrou o histórico e esforços para a implementação do projeto GEF Mangue. Ressaltou fato ocorrido no Espírito Santo, um lançamento de uma carta para anuência de um documento que vai sair uma Portaria do IBAMA do Espírito Santo sobre os manguezais daquele estado, de acordo com o documento garante-se que no Espírito Santo ninguém vai poder executar projeto, ter qualquer atividade com relação a manguezais no Estado que não tenha o de acordo do IBAMA do Espírito Santo.

7. APRESENTAÇÃO “Metodologia de Determinação dos Sistemas Ecológicos de Água Doce na América do Sul” - Paulo Petry – TNC

Paulo Petry – TNC explicou a metodologia sobre a classificação das ecorregiões como unidades operacionais alvo para a conservação. Mencionou reunião entre WWF e TNC, uma parceria para iniciar esse processo de derivação de um portfólio similar a esse. Citou a prioridade de executar essa ação para a Bacia do Prata inteira, mas será executado primeiro para a Bacia do Paraguai, por julgar que é a sub-bacia dentro do Prata que tem a maior chance, em termos de alavancar o processo ordenado de conservação antes que se tenha todo o processo fragmentação oriundo de atitude de projetos de PCHs e hidrelétricas que vai acontecer no futuro próximo, antevendo soluções voltadas para o Pantanal, porque o que acontece nas cabeceiras, inevitavelmente vai influenciar a parte baixa das bacias simplesmente por questão de contingência de drenagem.

Michael Becker – WWF comentou sobre a escolha de áreas prioritárias, direcionando produtos em conjunto com a Universidade Federal de Viçosa, além de outras ações direcionadas às mudanças climáticas.

Beatriz Bulhões – CBDS perguntou quais seriam as principais áreas a serem implementadas inicialmente e se há uma classificação dessas áreas.

Paulo Petry – TNC respondeu que o processo de seleção leva em conta a representação dos sistemas no sistema de classificação, a relevância biológica dessas unidades e os efeitos de transformação, tanto ameaças diretas aos sistemas hídricos, como é o caso de barramentos, emissão de afluentes ou retificação de canais e etc., como tudo que acontece na paisagem, que invariavelmente o que acontece na paisagem

Beatriz Bulhões – CBDS perguntou se há previsão de apresentação para outros setores, para que ocorra a discussão com o setor agrícola, com o setor energético.

Paulo Petry – TNC respondeu que essa é a parte da implementação de estratégias, no portfólio de conservação essas ações são sugeridas.

Michael Becker – WWF comentou sobre a análise multi-criterial, levando em consideração o pulso hídrico para avaliação ambiental estratégica também já foi uma vez um nome que surgiu aí nessas questões de avaliações integradas, como por exemplo, para a Bacia do Alto Paraguai é um instrumento que não existe e há necessidade necessita, sem dúvida, de uma implementação, principalmente nas questões do PCH ou o uso de hidrovia.

Débora Calheiros – Embrapa/Pantanal informou que Embrapa Pantanal (UFMS, UFMT) e a própria WWF estão envolvidas no projeto sobre o Índice de Qualidade de Bacia, que é uma forma mais qualitativa de avaliação da questão da qualidade de água e uso do solo. Mencionou que essa proposta foi apresentada na reunião de Enfoque Ecossistema, que a SRHU está promovendo, destacando a importância do limite ecossistêmico, de conservação do próprio ecossistema.

Leonardo Maltchik – SBL mencionou o mapeamento efetuado no Rio Grande do Sul financiado pelo CNPq: foram 146 áreas úmidas percorridas, onde foi observada existência de áreas úmidas pequenas que têm uma biodiversidade muito alta. Destacou a importância de pensar em conservar áreas úmidas muito pequenas.

Paulo Petry – TNC comentou que está prevista para breve a publicação de um livro novo sobre biogeografia de peixes de água doce na América do Sul e a matriz que eu utilizei é a matriz de 4680 espécies de peixes de água doce, uma matriz robusta, que tem toda a informação atual. Comentou que o problema é que nós vimos descrevendo mais de cem espécies de água doce só de peixe por ano nesse continente, só na América do Sul. Para vocês terem uma idéia, ano passado, foram 141 espécies novas de peixes na América do Sul. Isso significa uma descrição nova a cada dois dias e meio. Informou que, por outro lado, o Brasil não deu a devida atenção aos brejos de recarga de aquíferos, que são extremamente importantes, que são as áreas de captação que garantem o funcionamento desses sistemas, especialmente no semi-árido.

Yara Schaeffer Novelli – Rede Mangue Mar observou que na Intecol do ano passado o pesquisador Wolfgang Junk apresentou de forma muito segura panorama completo com as diretrizes de como fazer gestão dessas áreas, como se fosse fácil ignorar as dificuldades colocadas pelo Paulo Petry.

Roberta Ferreira – MRE questionou como as questões transfronteiriças afetam a dinâmica do trabalho.

Paulo Petry – TNC respondeu destacando a importância da transparência para que todos os pontos de vista sejam considerados.

Rafaela Nicola – ECOA comentou a importância de uma iniciativa que é um esforço de diálogo entre os cinco países da Bacia do Prata de justamente buscar integrar propostas para uma conservação e um programa de sustentabilidade para o Sistema Paraná-Paraguai, o esforço conjunto da TNC e WWF é de extrema importância. Mencionou a necessidade de Grupos de Trabalho, que foi criado há dois ou três anos, uma ferramenta concreta de trabalho que poderia utilizar esse espaço de interesse, de diálogo comum e aí, com o apoio do Itamaraty principalmente, para poder sensibilizar os outros países para essa questão.

Kléber Souza dos Santos – MAPA questionou se os critérios mencionados seriam utilizados pela Câmara Técnica para vai definir critérios para Sítios Ramsar.

Ana Paula – GBA/MMA respondeu que vai haver uma ponderação para analisar se as áreas úmidas estão bem representadas, se existe ecorregiões que não têm nenhuma área protegida e aí depois nós vamos entrar na parte de critérios para designação dos sítios, mas todas as unidades de conservação já existem.

Paulo Petry – TNC complementou que que apresentou serve como pano de fundo para locação, porque foi possível o cruzamento com as áreas prioritárias, com a posição geográfica das áreas úmidas de interesse, o que significa um atributo adicional do processo de decisão, para o julgamento de quais são essas unidades que têm alto grau ou alta percentagem de área coberta, área protegida por UCs já estabelecidas, quais são as áreas que já têm conversão para o setor produtivo, ou seja, a pecuária. Então isso serve para criar esse mosaico de informação para nós termos um poder de Resolução, de decisão um pouco mais detalhado.

Beatriz Bulhões – CEBDS perguntou se o estudo apresentado pelo Paulo Petry é para o Brasil todo, para todas as bacias e vai priorizar a Bacia do Paraguai. E só uma questão do cruzamento com as áreas prioritárias, que já são estabelecidas. Questionou se tal ação ocorreria na forma de decreto para priorização das áreas.

Ana Paula – GBA/MMA esclareceu que desde a reunião passada que teve uma suplente sua, eu acho, representando aqui, desde a reunião passada nós estamos apresentando um produto que nós resolvemos ver: bom, nós estabelecemos as áreas prioritárias. As zonas úmidas estão bem representadas dentro dessas áreas prioritárias? Como foram tratadas as zonas úmidas? Porque nós sabemos que para a zona costeira marinha, por exemplo, os alvos prioritários eram zonas úmidas: lagoas costeiras, manguezais, estuários, etc. Para os demais biomas, não necessariamente. Então o Marcos fez esse cruzamento usando também as ecorregiões para nós vermos como estava essa representatividade e isso vai ser apresentado agora. Isso é uma questão. A outra questão é que a portaria que decreta as áreas, porque tem um decreto reconhecendo as áreas prioritárias, mas não diz quais são as áreas e existe a portaria do Ministério que diz que a cada cinco anos essas áreas serão revistas. Então para a próxima revisão, nós queremos sim já usar esse tipo de dados das zonas úmidas, então isso já é uma coisa a posteriori.

Bérítes Cabral – SRHU/MMA comentou que uma das formas de utilizar essa ferramenta é a definição de áreas que são importantes, o que pode ajudar na negociação com os Comitês para a decisão de qual a melhor área a ser preservada.

8. APRESENTAÇÃO “Atualizações do Mapeamento das áreas prioritárias para conservação das zonas úmidas brasileiras” - Marcos Rosa – consultor/MMA

Marcos Rosa – MMA apresentou a atualização do mapeamento das áreas prioritárias, levando em consideração as zonas úmidas, baseado no mapa de áreas prioritárias da portaria do Ministério do Meio Ambiente de 2007.

Ana Paula – GBA/MMA destacou a importância do estudo para a definição, dentro de uma Câmara Técnica, de quais os critérios serão utilizados para a designação de novos Sítios

Michael Becker – WWF sugeriu o acréscimo das ecorregiões nesta análise.

Kleber – MAPA questionou se existe um direcionamento para que os Sítios Ramsar aqui no Brasil para já serem áreas protegidas.

Roberta – MRE explicou que para estabelecermos um compromisso internacional é preciso que seja dado os primeiros passos nacionalmente, então se a área não conta com nenhum tipo de proteção, é muito mais complicado nós nos comprometermos em um acordo internacional citando aquela área como uma área importante. Precisa haver um respaldo na nossa própria legislação, até para argumentar no pleito de que aquela área realmente tem importância para a biodiversidade na parte de zonas úmidas.

Kleber – MAPA perguntou se as RPPNs estão sendo levadas em consideração.

Marcos Rosa – MMA esclareceu que as RPPNs serão incluídas e incorporadas.

Débora Calheiros – Embrapa/Pantanal sugeriu a consideração da questão dos processos ecológicos, a exemplo das áreas de cabeceira, do Pantanal e áreas úmidas em geral, deve-se considerar a manutenção dos processos ecológicos.

Marcos Rosa – MMA respondeu que em relação às áreas prioritárias para conservação de biodiversidade isso foi pensado.

Ana Paula – GBA/MMA complementou a relação entre as políticas públicas e a própria implementação da Comissão de Ramsar, que não limita-se somente aos sítios Ramsar. Comentou que os conceitos de vazão ecológica e ecorregiões associados às áreas prioritárias

Leonardo Maltchik – SBL destacou a importância das áreas úmidas do semi-árido brasileiro.

Ana Paula – GBA/MMA destacou a importância do uso desse map como instrumento junto a diferentes biomas, para ações para a conservação de áreas úmidas.

Marcos Rosa – MMA completou que esse é um poderoso instrumento e ele tem várias utilizações, para alguns ele ainda é muito limitado e para outros ele já tem serventia imediata. Comentou que em relação à questão da identificação de novos Sítios Ramsar especificamente em Unidade de Conservação, esse instrumento já é útil, pois já conseguimos priorizar quais unidades nós devemos pesquisar para criação e recomendação de criação de Sítio Ramsar, mas para a criação de áreas úmidas para essa análise geral, existem ainda muitas lacunas.

Luciana Luquez – CNA questionou como vai ser feita a delimitação ou determinação de áreas que vão ser estudadas, complementou questionando com serão resolvidas as questões de sobreposição

Marcos Rosa – MMA respondeu que todos esses temas foram utilizados para selecionar as áreas prioritárias já existentes e toda essa consistência topológica já existe no mapa de áreas prioritárias, então não existem áreas prioritárias sobrepostas umas as outras. Complementou que na possibilidade de existência de sobreposição futura dessas áreas, será levada em conta o cálculo do percentual de área úmida dentro de cada uma das áreas recomendadas.

Yara – Rede Mangue Mar comentou as ações passadas desde 1999 com o projeto de áreas prioritárias.

Leandro Valentim – SMCQ/MMA perguntou se há algum indicativo para o reconhecimento de áreas que possam ser vulneráveis frente às mudanças do clima e áreas que possam ter uma relevância maior para a mitigação dos impactos

Paulo Petry – TNC respondeu que há plano, mas há também muita dificuldade com os modelos climáticos.

Michael Becker – WWF acrescentou que o WWF também possui essa preocupação de fazer a

análise de vulnerabilidade para a Bacia do Alto Paraguai, mas deve haver, pelo menos uma avaliação qualitativa dos impactos de acordo com os usos em cada sub-bacia para a partir daí ter algumas recomendações específicas em sub-bacias do Alto Paraguai.

Ana Paula – GBA/MMA complementou com a ideia de utilizar os dados regionais mais refinados para incorporar em ações para esse mapeamento, e perguntou se a SMCQ poderia ajudar.

Leandro Valentim – SMCQ/MMA declarou desconhecer essa possibilidade dentro da secretaria, mas talvez exista a possibilidade de fomento para esta ação.

Yara – Rede Mangue Mar comentou que em relação ao manguezal, já existem trabalhos com algumas das variáveis das mudanças climáticas: com a parte de nível médio relativo do mar, com a parte de temperatura, com o problema de penetração de cunha salina e o nosso maior problema é a liberação de metano muito mais que CO₂. Comentou sobre a mudança de ambientes de água outrora dominados por água doce passando a ser dominados por água salgada. Foram estudadas regiões como parte de Olinda e Recife, Baía de Sepetiba com problema de um possível rompimento da Restinga da Marambaia e da Ilha Cumprida no Sistema de Cananeia.

Kleber – MAPA fez questionamentos sobre O Código Florestal, Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente e a necessidade de reavaliar certos parâmetros.

Paulo Petry – TNC mencionou que têm trabalhado com modelos digitais de elevação que nos permite modelar do ponto de vista geomórfico onde estão as áreas ativas dos cursos de água. Invariavelmente, essas áreas são mais largas do que as APPs. Mencionou a necessidade de melhora no uso da terra em relação às atividades pretéritas, assim como a necessidade de gerar soluções novas que venham de encontro à parte ambiental e venha de encontro à parte produtiva.

Rossini – ANA perguntou se estão sendo consideradas as pequenas unidades que poderiam vir a ser Unidade de Conservação.

Marcos Rosa – MMA recomendou para o próximo trabalho de áreas prioritárias, de se olhar com mais atenção áreas menores que são importantes para as áreas úmidas, assim como as políticas do Ministério do Meio Ambiente deveriam levar em consideração as áreas menores para a criação de unidades menores.

Carolina Hazin – Unesco sugeriu que o grupo fizesse uma análise ou aproveitasse os dados já analisados para incentivar a criação de novas Unidades de Conservação, utilizando os polígonos como indicação para criação de novas áreas, baseando-se no fato de que o Sistema de Unidade de Conservação no Brasil está muito sub-representado em termos de ambientes aquáticos. Comentou que essa ação poderia vir em forma de uma recomendação do Comitê.

Ana Paula – GBA/MMA mencionou a criação da Câmara Técnica para nós podermos já tentar assinar pelo Ministro o mais rápido possível, para poder começar a implantar a Câmara no ano que vem e conduziu as sugestões para aprovação do texto da minuta.

Yara – Rede Mangue Mar questionou se o CNZU iria tornar os critérios já existentes da Convenção em critérios mais específicos.

Ana Paula – GBA/MMA explicou que no Brasil como os sítios são unidades de conservação, a discussão seguinte é decidir quais são as unidades prioritárias a serem designadas, adotando uma postura pró-ativa de incentivar que as áreas fossem designadas como sítio.

Yara – Rede Mangue Mar questionou sobre o que significa para as unidades serem reconhecidas como sítio Ramsar, completou que seria interessante uma avaliação dessa ação na gestão dos próprios sítios.

Ana Paula – GBA/MMA concordou com a necessidade de uma avaliação dos sítios e mencionou a possibilidade de ocorrer no início do ano de 2010 o Encontro dos Gestores dos Sítios para discutir, trocar experiências e até falar da representação do Comitê.

Maria Tereza – Sítio Ramsar concordou com Ana Paula e reconheceu a importância de fornecer mais ferramentas para o melhor aproveitamento do reconhecimento de uma área como sítio Ramsar.

Beatriz – CEBDS questionou se as FIR (fichas informativas) não cumprem o papel de avaliação sobre a designação. Perguntou sobre o funcionamento da Lista de Montreux.

Ana Paula – GBA/MMA concordou, mas refletiu que provavelmente não sejam suficientes para esta questão. Conduziu a discussão sobre a frequência e os temas das prováveis reuniões. E se posicionou contra à colocação desse tema, pois o país tem um posicionamento diplomático quanto a essa lista e adota a não inclusão dos sítios.

Antonio Soler – FBOMS sugeriu a execução de uma reunião em Brasília com os gestores de todos os sítios Ramsar e concordou com a criação de Câmara Técnica de critérios.

Rafaela Nicola – ECOA reforçou seu apoio à criação da Câmara Técnica
Yara – Rede Mangue Mar sugeriu a criação de uma Câmara Técnica de acompanhamento, fazendo relato da situação dos trabalhos a cada reunião.
Kleber – MAPA sugeriu informar no dia seguinte a referência do MAPA como ministério ou como Embrapa no texto da Câmara Técnica.
Vinícius Pascoto – MPA também requisitou consulta ao ministério pra posterior confirmação.
Yara – Rede Mangue Mar reforçou a necessidade de uma reunião anual dos gestores para troca de experiências e atualizações.
Ana Paula – GBA/MMA sugeriu que no próximo ano faça-se um esforço para que tal reunião ocorra.
Raquel – MMA complementou reforçando a idéia de uma Câmara Técnica de acompanhamento dos sítios.
Antonio Soler – FBOMS concordou, mas complementou a importância do caráter de monitoramento dos sítios, assim como outras questões que poderiam ser levantadas.

5ª feira, 19 de novembro de 2009

9. APRESENTAÇÃO: “Funcionamento Hidro-ecológico do Pantanal e o Impacto Potencial das Hidrelétricas na Bacia do Alto Paraguai” – Débora Calheiros – EMBRAPA/Pantanal

Débora Calheiros apresentou a problemática no Pantanal em relação ao uso do solo. Destacou o desmatamento e assoreamento como as principais ameaças ao funcionamento hidro-ecológico do Pantanal. Apresentou mapas com a localização de barragens construídas e previstas para toda a região do Pantanal, as quais totalizam 115, ou 127, conforme corrigido por Michael Becker (WWF).

Ressaltou a importância do Pantanal como patrimônio nacional, Reserva da Biosfera, patrimônio da humanidade e Sítio Ramsar. Apresentou histórico de estudos no Pantanal e reforçou que para se usar uma bacia hidrográfica de forma racional, é necessário pensar no sistema de bacia como um todo e que o impacto dos diversos projetos de hidrelétricas, hidrovia e outros empreendimentos sejam avaliados em conjunto e considerando a dinâmica de cheias e secas que regem o Sistema Pantanal. Criticou a falta de integração entre os planos de gestão (nacionais, estaduais, zoneamento, plano de bacia, plano diretor).

Relembrou sobre os artigos na Constituição que mencionam os processos ecológicos, a colocação do Pantanal mato-grossense como patrimônio nacional e apresentou como falha na legislação brasileira a inexistência de uma Lei do Pantanal que assegure a preservação deste ecossistema. Mencionou a já existência de uma minuta de lei com subsídios para a recuperação de áreas degradadas e, moratória para o desmatamento na Bacia do Alto Paraguai.

10. APRESENTAÇÃO: “Projeto FRA-Rio” – Volney Zanardi – Secretaria Executiva/MMA

Apresentou sobre o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação ambiental integrada de bacias hidrográficas para o processo de planejamento e licenciamento, ferramenta elaborada pelo MMA em conjunto com a Universidade Federal Santa Maria e a Universidade UNIPAMPA.

Discorreu sobre aspectos conceituais de gestão ambiental com ênfase na relação meio ambiente e setor elétrico. Colocou a necessidade da avaliação ambiental ser ligada ao processo de gestão de forma holística.

Exemplificou a avaliação integrada de bacias com o estudo do FRAG-Rio, que se refere ao processo de fragmentação do Rio Uruguai, onde 60% dele já está comprometido com barragens. A metodologia permite aplicar valores de fragilidades permitindo discriminar regiões mais ou menos aptas a receber alterações antrópicas e assim auxiliar no processo de tomada de decisões.

Yara Novelli – Com relação à apresentação da Débora, questionou sobre as mineradoras, algumas desativadas que estão sendo recuperadas com espécies exóticas, se realmente houve grande desativamento por conta da legislação ou se ainda causam grande ameaça aos Rios do Pantanal. Sobre a apresentação do Volney, comentou que USP, SBPC e Ministério Público do Estado de São Paulo tiveram iniciativa de formar grupo de trabalho para o estudo de metodologias de avaliação ambiental.

Destacou a necessidade de tempo mínimo de estudo de monitoramento e definição de espécies indicadoras de qualidade ambiental.

Maria Cecília Brito – Ressaltou a disponibilidade de diversos instrumentos disponíveis no país (metodologias e legislação), mas que o uso ainda tem sido pouco difundido. Lembrou sobre as diferenças entre setores do governo e esclareceu que o MMA apoia as iniciativas dos diversos Conselhos da Reserva da Biosfera (do Pantanal, Mata Atlântica e Cerrado), mas não tem alcance para atuar mais diretamente nas atribuições do Comitê das Reservas da Biosfera.

Leonardo Maltchik – Colocou que determinadas áreas do globo devem ser inegociáveis exemplificando com a cultivo de arroz em cabeceiras de rios que são populosas e com grande crescimento industrial, casos com maior probabilidade de conflitos. Paralelamente sugeriu que a região do Pantanal é uma região única que deveria ser inegociável quanto à implementação de empreendimentos, e concordou com a Débora Calheiros quanto à elaboração de uma moção para a conservação do Pantanal.

Maria Cecília Brito (SBF/MMA) – Lembrou aos membros que o Comitê Nacional de Zonas Úmidas tem a possibilidade de apresentar um documento (moção/recomendação) que seja de comum acordo entre seus membros.

Michael Becker (WWF) – Comentou sobre o trabalho que o WWF vem fazendo com outras ONGs da região do Pantanal de avaliação ambiental estratégica. Destacou a preocupação do WWF em que haja transparência nos processos de tomada de decisão e questionou o MMA sobre como aplicar na prática todo o esforço de análises estratégicas de forma transparente.

Débora Calheiros -Embrapa - Pantanal justificou não ter mencionado sobre a mineração porque o enfoque da apresentação eram as hidrelétricas. Ressaltou a contribuição da mineração para o assoreamento e produção de sedimento para os rios e para a contaminação de mercúrio. Ressaltou que o grande problema das minerações, no caso da bacia como um todo, é a mineração de diamante. Colocou sobre a problemática local de falta de água para comunidades devido ao uso pelas mineradoras sem respeito à legislação. Criticou a idéia de se desenvolver um pólo siderúrgico para agregar valor ao minério do ferro e manganês na região do Pantanal, uma vez que existem áreas mais degradadas com infraestrutura mais apropriada para isso, como a Bacia do Rio Paraná.

Maria Cecília – SBF/MMA fez referência aos esforços realizados para conservar biomas além da Amazônia (Caatinga, Pampas, Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal).

Volney – Secex/MMA esclareceu que o uso das avaliações ambientais estratégicas visa contribuir para um bom planejamento ambiental organizando o processo de gestão e não facilitar o licenciamento. Fez uma auto-crítica ao MMA pela dificuldade em sistematizar a informação ambiental de forma que esta esteja organizada e disponível para os demais setores do governo, o que é essencial para a integração que se propõe. Concordou com a transparência no instrumento de avaliação ambiental integrada levantada por Michael e explicou sobre a preocupação com a supervisão do projeto e com a base de dados devido às incertezas nos processos de análises integradas. Ressaltou a importância do diálogo com Estados e municípios e a responsabilidade do Governo Federal, dos Comitês e dos Conselhos instalados para dar robustez a estes instrumentos de gestão.

Paulo Petry – TNC chamou a atenção para a necessidade de se fazer uma análise de custo-benefício e risco ambiental acumulado ao longo do tempo em prazos estendidos e de forma sistêmica. Sugeriu que seja re-avaliado o custo-benefício de muitas PCHs versus grandes hidrelétricas em função do potencial energético e risco ambiental que vão gerar. Colocou sua preocupação em que se forem implementados todos os projetos previsto pela ANEEL, não restará nenhum rio funcional no país e que é portanto necessária a elaboração de proposta com cenários e alternativas para que possamos mitigar ao máximo os danos ambientais.

Maria Cecília – SBF/MMA comentou sobre a dificuldade de se incluir a variável ambiental nas políticas setoriais.

Antonio Soler – FBOMS sugeriu que o Comitê Nacional de Zonas Úmidas encaminhasse uma recomendação sobre o cenário atual de descaso, flexibilização ou mesmo desmanche que a legislação ambiental brasileira tem sofrido.

Ana Paula – GBA/MMA apoiou a idéia de o Comitê encaminhar esta recomendação e sugeriu que a Débora Calheiros e o Antônio Soler se encarregassem de realizar uma minuta deste documento para ser apresentado na próxima reunião do Comitê.

Vinícius Pascoto – MPA sugeriu que a recomendação não se referisse somente à **questão** da legislação ambiental, mas também reforçasse a preocupação do Comitê com a necessidade uma

avaliação sócio-ambiental integrada das bacias. Questionou os palestrantes Débora e Volney sobre o impacto dos empreendimentos hidrelétricos para a pesca.

Cosette – IBAMA comentou como a ausência de sistemas de informação próprios para dados técnicos leva a uma avaliação deficiente nos processos de monitoramento e licenciamento. Propôs que houvesse uma moção para que os dados sejam sistematizados para subsidiar a gestão ambiental.

Maria Tereza – Sítio Ramsar colocou sua preocupação com relação às audiências públicas, onde quase todos os lugares são ocupados pela empresa que está responsável pelo empreendimento e os projetos acabam sendo aprovadas sem uma discussão sólida sobre as questões ambientais.

Rafaela Nicola – ECOA reiterou sobre a necessidade de uma manifestação do Comitê específica para o Pantanal, principalmente considerando-se a probabilidade do governador de Estado revisar o ZEE para expansão da produção de cana de açúcar na bacia. Propôs que fossem geradas duas moções pelo Comitê, uma específica para o Pantanal, à qual estaria disponível a auxiliar na redação, e outra sobre legislação.

Maria Cecília – SBF/MMA lembrou que deveria ser colocado em discussão para quem o documento proposto se destinaria, uma vez que ficando o documento restrito ao Ministério do Meio Ambiente significaria que procurar-se-ia melhorar os procedimentos internos mas que teria uma ordem de alcance bem diminuída.

Débora Calheiros – Embrapa/Pantanal sugeriu que houvesse um grupo de trabalho multi-institucional, interministerial para trabalhar a questão atual de ter informação técnica e legislação, mas não conseguir agir efetivamente na proteção ambiental. Com relação à construção de usinas hidrelétricas criticou o fato do Brasil estar sempre reproduzindo os modelos implementados décadas atrás enquanto outros países pensam em alternativas para manter a qualidade e a quantidade de água e de biodiversidade aquática.

Maria Cecília – SBF/MMA despediu-se lembrando aos membros do Comitê da importância de avançar nas discussões de forma objetiva e pragmática contanto com a interação entre os diversos ministérios e instituições representadas no mesmo.

Volney – Secex/MMA comentou sobre a questão da pesca, onde deve haver um balanço entre conservar a biodiversidade e atender as populações tradicionais. Sobre a sistematização da informação colocou que falta uma estratégia para coletar, organizar e sistematizar os dados em nível federal. Comentou que a resolução CONAMA 09 de 1987, sobre audiências públicas está sendo revisada e esclareceu que as audiências públicas não são de caráter deliberativo, mas sim um elemento informativo e de divulgação no processo de licenciamento. Salientou a importância do Comitê no processo de integração dos atores para o desenvolvimento de estratégias para alcançar melhorias nos temas discutidos.

Vinícius Pascoto – MPA esclareceu que o Ministério da Pesca se preocupa sim com a preservação dos rios e expôs sua disposição em rediscutir o Código Florestal, sendo este de grande importância para os pescadores.

Débora Calheiros – Embrapa/Pantanal sobre a pesca comentou que a Embrapa, a SEMA e a Polícia Ambiental do Mato Grosso do Sul possuem um sistema de controle da pesca (SICP) através do qual já se observa a perda de estoque pesqueiro do pacu, a qual tem ocorrido não por conta de pescadores profissionais, mas sim pelo turismo.

Ana Paula – GBA/MMA como encaminhamentos finais, recordou aos membros do Comitê que a próxima reunião seria em conjunto com representantes dos Sítios Ramsar. Reiterou o compromisso de serem elaboradas duas recomendações, uma específica para o Pantanal e outra sobre a legislação ambiental as quais seriam repassadas a todos os membros do comitê para que todos tivessem a oportunidade de contribuir com sugestões. Como destinatário, sugeriu que as recomendações fossem para o Ministério do Planejamento, mas deixou aberto a outras sugestões.

Ana Paula – GBA/MMA anunciou a proximidade do lançamento do vídeo sobre áreas aquáticas protegidas e gestão pesqueira, o qual seria posteriormente distribuído aos membros deste Comitê. Para finalizar agradeceu a todos os membros pela participação, e de maneira especial aos palestrantes.

MARIA CECILIA WEY DE BRITO
Presidente do CNZU